



ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Suzanli Estef: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Annie Gomes Redig: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rosana Glat: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Eixo Temático 4: Avaliação para elegibilidade e/ou para planejamento e/ou de ensino-aprendizagem

Categoria: Comunicação oral

RESUMO: O presente trabalho apresenta concepções e práticas docentes sobre a avaliação do desempenho escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, no 2º segmento do Ensino Fundamental, da Educação Básica. Para tanto, foi realizado um estudo de caso através da pesquisa qualitativa, utilizamos como instrumento para coleta de dados entrevistas semiestruturadas, com roteiro pré estabelecido. A análise dos dados revela não só contradições, mas a complexidade dos processos de avaliação escolar, indicando que examinar a avaliação do desempenho escolar conduz, inegavelmente à discussão do processo ensino/aprendizado, currículo, projeto político pedagógico da escola e formação dos professores como um todo. A avaliação abrange e perpassa todo o sistema educacional, portanto, não pode ser uma prática isolada e segmentada. Não deve desvincular as atividades de avaliação das demais ações educativas vividas no cotidiano escolar, nem tão pouco das propostas e finalidades da educação na rede de ensino comum. E tratando-se da avaliação do desempenho escolar de alunos com necessidades educacionais especiais há necessidade de diferenciação de ensino e adaptações curriculares.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação - Ensino Fundamental - 2º segmento



Introdução

A inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas e privadas ganhou espaço nas discussões acadêmicas, principalmente após a Declaração de Salamanca (UNESCO 1994).

Nesse contexto escolar a avaliação do desempenho escolar dos alunos com deficiência tem se demonstrado como algo complexo, e um tema constante nos debates educativos, no sentido de provocar reflexões sobre: como os alunos têm se apropriado dos conteúdos escolares; como se dá uma aprendizagem significativa; e de que forma eles podem transparecer esse aprendizado.

Diversos autores (LUCKESI, 1996; ZABALA, 1998; PERRENOUD, 1999; ESTEBAN, 2001; BEYER, 2005; HOFFMAN, 2008; OLIVEIRA; VALENTIN; SILVA, 2013), bem como documentos oficiais (BRASIL, 1997, 1996, 2001, 2013) nos trazem discussões a respeito da avaliação escolar como um processo que permite conhecer a forma como os alunos aprendem. Sendo assim, as dificuldades de aprendizagem são desveladas proporcionando a possibilidade de reavaliar as práticas de ensino e direcionar as ações docentes em busca de avanços na aprendizagem.

Para tal, o presente estudo tem como objetivo compreender o processo de avaliação do desempenho escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no Colégio de Aplicação da UERJ - CAp/UERJ

Metodologia

Esta pesquisa consistiu de um trabalho de campo, um estudo de caso, de matriz qualitativa, que compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados.

O campo da pesquisa foi o Instituto Fernando Rodrigues da Silveira, mais conhecido como Colégio de aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro CAp/UERJ. Uma escola pública considerada de excelência, devido



apresentação de excelentes resultados do desempenho dos alunos, nos exames de qualificação como, por exemplo: o ENEM.

Como procedimento de coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, que podem ser utilizadas como único instrumento de coleta de dados, ou então, para complementar as informações obtidas por outras fontes. Os participantes dessa pesquisa foram educadores que estavam envolvidos com a escolarização de alunos com necessidades educacionais. Sendo assim, duas coordenadoras: uma da Educação Básica¹ e uma de Ações Inclusivas² e quatro professores do 2º segmento do Ensino Fundamental.

Foram realizados contatos por email e pessoalmente explicando o estudo, fazendo o convite para participação na pesquisa e agendando encontros com data, local e horário para apresentação detalhada do projeto e realização das entrevistas.

Para a análise dos dados foram realizadas leituras de todas as transcrições das entrevistas, destacando pontos importantes das falas, tendo como base os objetivos do estudo. Na etapa seguinte, realizamos o agrupamento dos dados distribuindo sistematicamente segundo as analogias das falas dos entrevistados.

A Avaliação do desempenho escolar

Neste sentido, procuramos investigar quais são e como acontecem os procedimentos para avaliação escolar, no 2º segmento do Ensino Fundamental, ponderando as particularidades de cada série. Para a análise consideramos os documentos institucionais sobre avaliação escolar e,

¹ Coordenação da Educação Básica - Essa coordenação está subordinada diretamente a direção da escola. Tem como objetivo conduzir os pedagogos de cada ano, dando suporte no acompanhamento dos professores e alunos. Como também, articular estratégias e documentos, em todos os segmentos do Colégio.

² Essa coordenação está subordinada ao Núcleo Pedagógico e tem como objetivo dialogar e articular estratégias, documentos e encaminhamentos sobre a inclusão escolar de estudantes com necessidades educacionais especiais, em todos os segmentos da escola.



principalmente, as entrevistas realizadas com os professores e coordenadores da instituição.

Os documentos selecionados foram as Deliberações nº 019/2000 (UERJ, 2000) e nº 041/2010 (UERJ, 2010), Portaria nº 07/2011 (UERJ, 2011) e Minuta de portaria/2015 os quais são descritos sucintamente no quadro abaixo:

Quadro 1 - Documentos institucionais sobre avaliação

Documentos Institucionais sobre avaliação escolar

Documentos	Descrição
Deliberação nº 019/2000	A presente Deliberação dispõe sobre os critérios de avaliação do rendimento escolar de alunos do CAP/UERJ. Nela são estabelecidos parâmetros sobre o sistema de avaliação; a assiduidade nas aulas e apuração no caso de faltas; a recuperação paralela e realização dos Conselhos de Classe (COC).
Deliberação nº 041/2010	Essa Deliberação retifica os Artigos 24 a 29 da Deliberação nº 019/2000, modificando a redação dos parágrafos que dissertam sobre a recuperação paralela.
Portaria nº 07/2011	Institui nova estruturação do ano letivo e de avaliações do CAP/UERJ.
Minuta de portaria/2015	A presente portaria altera o disposto na Deliberação 019/2000, incluindo critérios de avaliações para alunos com necessidades educacionais especiais , bem como a adoção, a partir do 6º ano, da progressão parcial, quando o aluno poderá ser matriculado na série seguinte em dependência de até 3 disciplinas da série anterior.

Fonte: Estef, 2016

Partindo do processo de avaliação comum da escola, focalizamos nossa análise na avaliação escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, examinando o 2º segmento, considerando os critérios estabelecidos



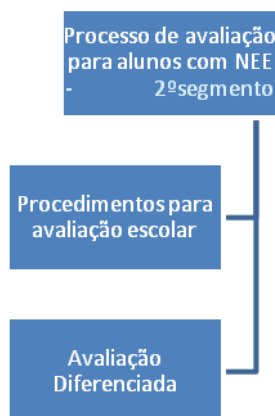
nos documentos normativos citados e os depoimentos prestados pelos professores e coordenadores nas entrevistas.

No 2º segmento do Ensino Fundamental a escola organiza-se com professores formados especificamente em suas áreas de atuações o que, conseqüentemente, resulta em uma ação docente compartimentada. A estrutura curricular, por sua vez, é dividida em diversas disciplinas, tempos e espaços, articulados por uma seqüência de avaliações do desempenho escolar dos alunos.

O sistema de avaliação classificatório é por meio da utilização de instrumentos avaliativos fortemente pautados em provas e testes. Nesse contexto, estão inseridos os estudantes com necessidades educacionais especiais, que requerem, para que sua inclusão escolar seja efetiva, um processo de escolarização e avaliação diferenciados.

Investigamos, então, como acontece o processo de avaliação escolar desses alunos, considerando as entrevistas que foram realizadas com os professores e coordenadores do Colégio. Na análise de dados destacamos duas sub categorias, apresentadas na figura 1.

Figura 1 - Processo de avaliação para alunos com NEE - 2º segmento



Fonte: ESTEF, 2016



Conforme as características do 2º segmento e com base nas orientações curriculares específicas (BRASIL, 1997, 2013), no CAP/UERJ os procedimentos para avaliação do desempenho escolar dos estudantes com necessidades educacionais especiais não apresentam distinções significativas dos utilizados com os demais alunos. Este é um dos aspectos em que fica claro a contradição entre a proposta de Educação Inclusiva, que considera a individualização do ensino para atender às particularidades de cada sujeito e um sistema de avaliação classificatório, com forte ênfase e valorização no fator quantitativo expressado pela apresentação de notas.

Conforme expressa a Coordenadora de ações inclusivas

[...] no segundo segmento sabemos que é muito mais pontual essa ideia. A gente percebe que lá esse momento do instrumento é o que bate o martelo sobre a questão quantitativa da nota [...].

Essa prática de avaliação quantitativa é descrita no documento institucional vigente, a Deliberação nº 019/2000 (UERJ, 2000), em seu Artigo 4

c) Os resultados do processo de avaliação [...] expressam-se da seguinte maneira: 5º, 6º, 7º e 8º séries do ensino fundamental e ensino médio - através de nota bimestral de 0 (zero) a 10 (dez), para todas as disciplinas e atividades [...].

Em decorrência, a atual Minuta de Portaria reitera o reflexo da avaliação do aluno através da realização de provas, com resultados expressos quantitativamente por notas

do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental [...] a média de cada trimestre avaliativo letivo será composta por **no mínimo duas (02) avaliações** distribuídas ao longo do período, respeitando-se a agenda de avaliações da turma, sendo **uma prova única individual**, por disciplina do ano de escolaridade, e, outra, a critério do professor, observando-se os objetivos e as especificidades de cada disciplina.(Artigo 4, inciso 3º)

Art. 6º - Serão considerados aprovados e isentos de PROVA FINAL:[...]



b) Os estudantes do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental [...] que obtiverem nota igual ou superior a 7 (sete) na média aritmética do três (3) trimestres, por disciplina[...].

Art. 8º- Será considerado APROVADO, após a prova final, o estudante que obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco) resultante da média aritmética dos três(3) trimestres e a PROVA FINAL.

Assim, a supervalorização da nota deixa de se considerar as especificidades dos alunos, sobressaindo o desempenho quantitativo, como podemos identificar na fala da Coordenadora da Educação básica que retrata a reprovação de um aluno com necessidades educacionais especiais por nota

Coordenadora : [...] a escola inteira reprovou o menino em função de algo que ele não podia dar, ele tinha média 4,8. Olha o preciosismo nessa escola, 4,8 e ele foi reprovado!

Pesquisadora: E qual é a média?

Coordenadora : No final é 5. É 7 para passar direto sem prova final e no final é 5. Qual a diferença de 4,8 para 5?

Entendemos que a importância da nota como parâmetro primordial de avaliação é inerente ao sistema escolar e, compõe a estrutura educacional do Colégio de Aplicação da UERJ. Entretanto, pudemos identificar, pelas entrevistas, que apesar desses fatores serem presentes no processo avaliativo, buscam-se outras alternativas, a partir de novas práticas docentes.

Foi possível identificar, na análise de dados, que os professores têm procurado avançar em seu planejamento com ações pedagógicas e práticas avaliativas que favoreçam o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, contemplando suas especificidades. Conforme explicitado abaixo:

[...] assim, o que eu acho que mais ajuda na promoção dele (aluno com deficiência intelectual que está na sua turma) são as avaliações que são passadas. Assim, a cada semana ele tem uma pequena avaliação para fazer. Eu acho que como é pouca coisa, é um assunto pequenininho [...] ajuda muito mais do que a própria prova trimestral. (Professor de ciências)

No 2º segmento a estratégia já não é mediação tão sistemática na sala de aula. Ela parte de uma atuação muito próxima aos pedagogos que coordenam cada ano de escolaridade. É de suporte ao



estudante, porque eles já são maiores e não estava sendo muito bem-vinda a ideia de alguém colado neles na sala de aula. Então, surgiu essa ideia, digamos, de uma tutoria colaborativa [...] ... que até tem o nome de uma assessoria colaborativa, que não tem uma intensidade como existe no primeiro segmento de mediação na sala de aula. [...] É uma das ações de inclusão dentro do Instituto de Aplicação [...] para além do que está posto na lei do atendimento educacional especializado na sala de recursos previsto no contra turno ninguém deixa oferecer quando é preciso no contra turno, mas, o atendimento é prioritariamente no turno do aluno para que você possa entender dentro da sala de aula. (Coordenadora ações inclusivas)

Contemplamos nas falas várias estratégias de avaliação diferenciada para os alunos com necessidades educacionais especiais, desde a adaptação do instrumento, até a prática docente em colaboração. O CAp/UERJ tem adotado a modalidade de Ensino Colaborativo³, que tem ocorrido, efetivamente, com uma equipe formada no 1º segmento. O 2º segmento utiliza alguns meios a fim de cooperar com a inclusão escolar desses educandos, como também busca favorecer as práticas avaliativas, porém ainda não existe uma equipe formada para esse atendimento.

Sobre o desenvolvimento desse trabalho, a entrevista abaixo esclarece

[...] primeiro, se essa estrutura que nós temos hoje não se modificar, se uma equipe do AEE não se constituir no 2º segmento para poder começar a estruturar outras estratégias sobre esse processo, a perda já é dada hoje. Tanto é dada que há dois anos atrás se perdeu no 9º ano um aluno que com autismo não suportou [...] ele vinha desde o 1º ano aqui. Então, eu não preciso, já tem um dado que me diz que essa estrutura se assim se mantiver eu vou ter perdas significativas e irreversíveis em relação ao desenvolvimento desse sujeito; não tenho dúvida disso porque, por mais que eu possa contar com a disponibilidade e por mais que eu possa contar com profissionalismo de cada um dos colegas do 2º segmento, não há possibilidade dessa estrutura, que é segmentada em termos de currículo, fazer uma articulação. Porque não há possibilidade de encontro para sentar os

³ Essa proposta caracteriza-se com uma ação de interlocução, entre a Educação Básica e a Educação Especial tendo vista as necessidades e desafios que emergem de contextos inclusivos e de estratégias que são imprescindíveis na atuação da equipe pedagógica. Bem como, elaboração em conjunto entre o representante do atendimento educacional especializado e os professores regentes das adaptações necessárias para a avaliação desse aluno.



*13 professores, não há possibilidade de encontro para planejar os 13.
(Coordenadora de ações inclusivas)*

Destacamos algumas falas que abordam o trabalho colaborativo no 2º segmento

É assim eu não consigo pensar isso sozinha. Acho que tem que sentar com a equipe dos professores do ano de escolaridade, com base no processo que ela já executou, que o aluno já desenvolveu; dizer assim: bom, ele precisa saber isso, isso, isso. Para propor como é que eu avanço com esse aluno[...] (Coordenadora ações inclusivas)

[...] são treze professores, aqui no Ensino Fundamental II; é extremamente complicado uma pessoa que não tem formação, que às vezes não tem nem a didática. Porque o professor do Ensino Fundamental I, ele tem uma formação que já a didática está presente. A formação do professor das especialidades é assim, ela é extremamente frágil no sentido da formação para dar aula mesmo. Ele sabe o conteúdo, mas muitas vezes ele não sabe como transmitir esse conteúdo para o aluno [...] (Coordenadora da Educação Básica)

Tendo como finalidade a inclusão escolar desses alunos, ações docentes diferenciadas, podem ser vistos como fatores positivos para a organização pedagógica, bem como para favorecer o processo de avaliação destes estudantes.

Conforme mencionado, existe uma organização institucional no CAp/UERJ que contempla procedimentos alternativos para avaliar os alunos com necessidades educacionais especiais. Embora esse processo já esteja mais sedimentado no 1º segmento do Ensino Fundamental, no 2º segmento já estão em andamento ajustes para se encontrar um parâmetro que favoreça a avaliação deles.

Portanto, a partir dessas colocações podemos reafirmar que o CAp/UERJ tem buscado ações para favorecer o processo de avaliação do desempenho escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, no 2º segmento. A diferenciação na avaliação, tanto no que diz respeito a adaptações, quanto a modificações são possibilidades que apareceram na fala dos entrevistados.



Construir um instrumento de avaliação é sempre complicado e ele sempre falha. Então, na hora que eu paro para olhar e construo um instrumento mais formatado [...] e que ele serve melhor a esse aluno que tem uma necessidade específica, eu vou aplicar esses instrumentos para todos. E dito e feito: no período seguinte o instrumento, ele passava pela adaptação e a adaptação ia para todos. (Professor VII apud GLAT 2016)

Compreendemos que as concepções dos educadores sobre a avaliação do desempenho escolar influenciam diretamente suas práticas pedagógicas, seu planejamento de aula e a aplicação das avaliações, sobretudo no contexto de uma sala de aula inclusiva. Com essa perspectiva, a partir da análise de dados foi possível identificar que a adaptação e flexibilização são levadas em consideração no processo de avaliação de alunos com necessidades educacionais especiais no CAp/UERJ.

Entretanto, não parece haver um consenso entre os docentes sobre possibilitar uma avaliação diferenciada para esses estudantes.

O que eu faço de diferente é a maneira como aquilo está escrito ou a maneira como as figuras são apresentadas [...] num texto grande para os alunos lerem e responder às questões, eu tento fazer frases curtas, que eu reparo que às vezes fazendo frases longas ele se perde. Ou então eu tento usar palavras com uma fonética ou uma escrita muito parecida. (Professor Literatura)

[...]uma avaliação diferenciada, eu não acredito nisso! Eu, eu não acredito em uma adaptação curricular mesmo! Desse tratamento diferenciado que não é justo também pro outro, que não tem um diagnóstico[...] (Professor Matemática). Entrevista concedida em 18/11/2014, GLAT, 2016)

A questão aqui apresentada deriva diretamente de concepções docentes sobre a inclusão escolar de alunos com necessidade educacionais, como também sobre o conceito de avaliação e sua maneira de avaliar o desempenho escolar desses sujeitos. Na primeira fala encontramos a flexibilização curricular como fator que favorece a demonstração de seus conhecimentos; na segunda, o discurso que adaptação é privilegiar alguns alunos em detrimento de outros,



englobando todos os discentes de maneira homogênea sem considerar as especificidades de cada sujeito.

Entretanto, ainda que questionada as adaptações, essas são meios primordiais para favorecer o processo de avaliação escolar desses educandos, pois permitem oferecer condições individualizadas para que o aluno expresse as competências adquiridas até aquele momento.

Considerações finais

Para alcançarmos os objetivos deste estudo, realizamos uma análise das concepções dos coordenadores e professores que atuam com estudantes com necessidades educacionais especiais, buscando entender os procedimentos de avaliação exercidos no Colégio. Julgamos importante identificar o que pensam os profissionais envolvidos diretamente com a avaliação desses alunos, pois acreditamos que “[...] os modos que os sujeitos possuem de ver, pensar, conhecer, sentir e interpretar seu modo de vida e seu estar com o mundo têm um papel indiscutível na orientação e na reorientação das práticas” (JODELET, 2009, p.695).

A análise das falas dos entrevistados revelou que examinar a avaliação do desempenho escolar leva, inegavelmente à discussão do processo ensino e aprendizagem, o currículo, do projeto pedagógico da escola, o sistema escolar, a formação dos professores e as políticas educacionais como um todo. A avaliação abrange e perpassa todo o sistema educacional. Ou seja, não se pode desvincular as atividades de avaliação das demais ações educativas vividas no cotidiano escolar, nem tão pouco das propostas e finalidades da educação na rede de ensino comum.

Ao longo do presente estudo, buscamos dar visibilidade às concepções docentes e aos processos que têm sido associados à avaliação do desempenho escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Analisando possibilidades de reconfiguração de práticas que aproximem a avaliação da inclusão escolar.



Assim, quando discutimos o processo de avaliação como uma estratégia que pode ser construída em consonância com a perspectiva de inclusão escolar, a intenção é convocar outro olhar para essa prática. Nesse processo, tornam-se imprescindíveis dois tipos de vínculos: com o contexto no qual se produz a avaliação, portanto, considerar que o desempenho a ser avaliado é singular e produzido de acordo com determinadas condições que são concedidas aos alunos e, também, que esse desempenho não diz respeito apenas ao sujeito avaliado, mas expressa, em sua configuração as crenças e suposições daquele que avalia.

Nesse sentido, a avaliação não pode ser uma prática isolada e segmentada; ela compõe a trama escolar, se emaranha nos discursos produzidos sobre o educando. Devemos pensar a avaliação como concepção de uma prática que produza estratégias de intervenções pedagógicas para todos, considerando aqui as adaptações necessárias para contemplar a singularidade de cada sujeito sem deixar de atender ao processo de escolarização que compõem o sistema de ensino comum.

Os critérios a serem escolhidos para a construção do processo de avaliação diária devem expressar o direcionamento dado às práticas, fundamentalmente apresentando indícios de como dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem. Só assim, então, a avaliação se torna o fio que une todas as práticas escolares. Nesta mesma direção, planejamento e avaliação deixam de ser concebidos como etapas sequenciais do processo didático, passando a integrar um mesmo movimento que tende se retroalimentar.

Para implementar essa nova construção devemos ultrapassar as fronteiras epistemológicas que sustentam nosso pensamento sobre ensinar, aprender, mediar. Enfim, trata-se de uma mudança na concepção de escola e aluno. Nesta perspectiva, o erro deixa de existir tornando-se hipótese que, se ressignificada, pode ser compreendida como aprendizagem.



A proposta, portanto, não é pensar em uma avaliação que seja específica para alunos com necessidades educacionais especiais, mas problematizar de que maneira, por meio de quais práticas podemos possibilitar a construção de estratégias para ações pedagógicas, pautadas na perspectiva da inclusão escolar.

Diante dessas colocações e a partir da análise de dados um dos aspectos que mais chamou atenção, no presente estudo, foi a maneira como a equipe pedagógica do CAp/UERJ procura organizar as práticas docentes para atender as necessidades educacionais desse alunado com dificuldades de aprendizado, dentro das exigências curriculares.

O trabalho pedagógico sistemático voltado diretamente para os alunos com necessidades educacionais especiais, conforme descrito no cenário da pesquisa, foi institucionalizado no CAp-UERJ em 2011 por professoras do núcleo comum, deslocadas para essa função. Com a Deliberação n. 12/2014 (UERJ, 2014), iniciou-se a constituição da primeira equipe com função específica para o Atendimento Educacional Especializado.

Conforme apontado, o Atendimento Educacional Especializado no 1º segmento do Ensino Fundamental acontece de maneira estruturada e esquematizada pela formação da equipe de AEE, quando um professor especialista acompanha o aluno e oferece suporte ao professor regente da turma. No 2º segmento, por sua vez, devido às demandas educacionais não há uma equipe formada para esse atendimento.

Conforme descrito na análise de dados, o 2º segmento apresenta uma estrutura curricular segmentada, a divisão das disciplinas não favorece um trabalho interdisciplinar e dificulta ações docentes que unam os conteúdos. Este contexto não colabora para que o diálogo entre os professores intercorra, impedindo que trocas de experiências e a busca por acordos pedagógicos aconteçam. Nesse sentido, a presença de uma equipe de Atendimento Educacional Especializado se faz necessária e importante quando poderia



ocasionar novas possibilidades de avaliações do desempenho escolar dos alunos.

Os dados evidenciam que o profissional de apoio da educação especial proporcionaria uma interlocução entre os treze professores que atuam em ano do 2º segmento, possibilitando conexões que harmonizem as interfaces das disciplinas e, principalmente, adaptando avaliações a fim de direcionar o trabalho docente a contemplar o processo de escolarização e de inclusão escolar desses alunos.

Portanto, compreendemos a importância da formação e atuação de uma equipe de Atendimento Educacional Especializado, no 2º segmento, que facilitaria o intercâmbio com os professores atuantes da Educação Básica, agregando ações docentes em conjunto. Ou seja, associando práticas que favoreçam os processos de avaliação do desempenho escolar dos estudantes ao processo de escolarização e, portanto, a inclusão escolar.

Sendo assim, entendemos que:

[...] a instituição escolar deve incorporar em seu projeto político-pedagógico e currículo (englobando não só conteúdo programático, mas também planejamento, metodologias, estratégias de ensino, avaliação e demais aspectos presentes no currículo) ações que favoreçam uma aprendizagem significativa para *todos* os alunos, independente de suas condições intrínsecas ou socioculturais. Esse processo requer o envolvimento do conjunto de educadores presentes no universo escolar, [...] (GLAT; PLESTCH, 2011, p.31)

Certamente, o trabalho aqui apresentado possui limitações por se tratar de um estudo sobre uma temática complexa e com muitas variantes, porém sem descaracterizar a sua validade social. Assim, esperamos que os aspectos pontuados como necessários para melhor dinamização da avaliação escolar de alunos com necessidades educacionais especiais possam ser percebidos como indicativos de novas propostas educacionais, de forma a ressignificar o processo de escolarização, nos sistemas de ensino comum.

Esperamos que este estudo possa servir para ampliar a discussão sobre o tema e oportunizar a complementação por demais pesquisadores, de forma



que contribua como referencial para pesquisas educacionais voltadas para a inclusão escolar, em espaços de ensino comum, de alunos com necessidades educacionais especiais.

Referências bibliográficas

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. **Lei Federal nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, v.134, n. 248, 22 dez. 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

_____. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001**. Estabelece as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília - DF, 2001.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica**. Brasília : MEC, 2013. p. 1-546.

ESTEBAN, M. T. A avaliação no cotidiano escolar. In: ESTEBAN, M.T. (Org.) **Avaliação uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A. P.7-28, 2000.

ESTEF, S. Concepções sobre os processos de avaliação escolar para alunos com necessidades educacionais especiais sob a ótica docente. 2016.137f.



Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GLAT. R.; PLETSCH, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: ED, 2011.

GLAT. R. **Políticas e práticas de inclusão escolar no Colégio de Aplicação da UERJ: impactos sobre a cultura escolar**. Relatório técnico– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). 2016.

HOFFMANN, J. **Avaliação, mito e desafio**: uma perspectiva construtivista. 12. ed. Porto Alegre: Educação e realidade, 1994.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, A. A. S.; VALENTIM, F.O.D; SILVA, L.H. **Avaliação pedagógica**: Foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva. São Paulo: Cultura acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Deliberação nº 019/2000**. Promulgada em Abril de 2000. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Deliberação nº 041/2010**. Promulgada em setembro de 2010. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Portaria nº 07/2011**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Deliberação nº 12/2014**. Promulgada em abril de 2014, Rio de Janeiro, 2014.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.